

HABEAS CORPUS Nº 548.620 - SP (2019/0357024-6)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PAULA BARBOSA CARDOSO - SP241325
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAIR BATISTA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **JAIR BATISTA DA SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se da inicial que o paciente requereu o benefício da progressão de regime, oportunidade em que o d. Juízo da Execução o **deferiu** (fls. 18-19).

Irresignado, o d. Ministério Público interpôs recurso de agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal de origem **deu provimento**, em v. acórdão assim ementado (fls. 11-15):

"Agravo em execução Impugnação a decisão que concedeu progressão no regime de cumprimento da pena privativa da liberdade.

A gravidade da conduta criminosa e o tempo de pena a cumprir também influem na decisão sobre a progressão no regime de cumprimento da pena de reclusão. Hipótese em que a prova coligida não autoriza a identificação de suficiente mérito à progressão.

Recurso provido."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa, em resumo, afirma haver constrangimento ilegal pela exigência de exame criminológico sem fundamentação idônea, apenas amparada na gravidade abstrata do delito e na longa pena a cumprir.

Alega que o paciente cumpriu o lapso temporal para o benefício almejado e ostenta bom comportamento, únicos requisitos exigidos para a concessão da benesse.

No mais, que "para além do atestado de boa conduta carcerária, importante consignar que o sentenciado permaneceu por quase cinco meses em regime semiaberto (até o advento da presente regressão), usufruiu de uma saída temporária (Dia dos Pais 2019), fato que por si só, demonstra possuir suficiente maturidade para permanecer em regime intermediário" (fl. 9).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, "já que a decisão não se pautou em elementos idôneos para justificar a regressão e o exame criminológico pode levar meses até ser finalizado, uma vez que a Penitenciária II de São Vicente se encontra com quadro exíguo de funcionários – requer-se a concessão da ordem para que o paciente seja recolocado em regime semiaberto; [...] A confirmação do pedido liminar, concedendo-se a ordem de forma definitiva para que o sentenciado permaneça em regime semiaberto, afastando-se a determinação de realização de exame criminológico" (fl. 10).

É o relatório.

Decido.

Com efeito, verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado na seara adequada, após a devida instrução dos autos.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO. [...]

2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.

3. *Recurso não conhecido.*" (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. [...]

2. *Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.*

3. *Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece.*" (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)

Por este motivo, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora e ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista dos autos ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator